

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: UM PROBLEMA GRAVE¹²

EDUCATION FUNDING IN PORTUGAL: A SERIOUS PROBLEM

LA FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN PORTUGAL: UN PROBLEMA GRAVE

Belmiro Gil Cabrito¹ 0000-0003-0420-5639

¹ Instituto de Educação, Universidade de Lisboa – Lisboa, Portugal; b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Resumo:

É consensual o papel da educação, nomeadamente a superior para o desenvolvimento. Apesar disso, nem sempre os países nela investem o necessário. Neste artigo, mostra-se a evolução do financiamento da educação em Portugal, comparando-a com a média da EU e da OCDE, organizações a que o país pertence, nas últimas décadas, a partir de cinco indicadores: as despesas em educação, em percentagem do PIB; o peso das despesas em educação no total das despesas públicas; a participação do Estado e das Famílias e Entidades Privadas nas despesas de educação, em percentagem; as despesas anuais do Estado por aluno, em todos os níveis educativos e no ensino superior, incluindo investigação, em dólares ppp; a origem do financiamento das instituições públicas de ensino superior. O estudo permite concluir que o financiamento público caiu na média das duas organizações bem como e muito particularmente em Portugal. Verifica-se também que em Portugal, mais do que na média da EU e da OCDE, foi brutal a desresponsabilização do Estado no financiamento da educação superior pública, obrigando as instituições públicas de ensino superior a captar financiamentos seja junto dos estudantes, através das propinas, seja junto do mercado, através de protocolos de investigação e de formação, alugueres de espaços e equipamentos e venda de serviços, evidenciando o forte processo de privatização do ensino superior público que está a ocorrer no país e que coloca em risco não só a autonomia académica docente mas também a sobrevivência das instituições públicas de ensino superior.

Palavras-chave: Portugal; financiamento da educação; desresponsabilização do estado; privatização do ensino superior público.

¹ Esse texto compõe essa seção temática, que integra o Projeto de Pesquisa financiado pelo MCTI/CNPq – Edital n. 16/2004, intitulado *Educação Superior e os processos de privatização na América Latina*, coordenado pela professora Dra. Alda Maria Duarte Araújo Casto (UFRN/UFPA).

² Este artigo foi financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito da UIDEF — Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, UIDB/04107/2020, <https://doi.org/10.54499/UIDB/04107/2020>.

Abstract:

Despite the existing consensus on the role of education, particularly higher education, in development, countries do not always invest the necessary amount in it. This article shows the evolution of education funding in Portugal, comparing it with the EU and OECD averages, organizations to which the country belongs, over the last few decades, based on five indicators: education expenditure as a percentage of GDP; the weight of education expenditure in total public expenditure; the participation of the State and Households and Private Entities in education expenditure, as a percentage; annual state expenditure per student, at all educational levels and in higher education, including research, in PPP dollars; and the source of funding for public higher education institutions. The study concludes that public funding has fallen on average across both organizations, and particularly in Portugal. It is also evident that in Portugal, more so than the EU and OECD average, the State has brutally abdicated its responsibility in financing public higher education, forcing public higher education institutions to seek funding either from students, through tuition fees, or from the market, through research and training agreements, space and equipment rentals, and the sale of services. This highlights the strong privatization process of public higher education that is occurring in the country and which jeopardizes not only the academic autonomy of teachers but also the survival of public higher education institutions.

Keywords: Portugal; education funding; state abdication of responsibility; privatization of public higher education.

Resumen:

A pesar del consenso existente sobre el papel de la educación, en particular la educación superior, en el desarrollo, los países no siempre invierten la cantidad necesaria. Este artículo muestra la evolución de la financiación de la educación en Portugal, comparándola con los países de la UE y la OCDE, en promedio, durante las últimas décadas, basándose en cinco indicadores: gasto en educación como porcentaje del PIB; peso del gasto en educación en el gasto público total; participación del Estado, hogares y entidades privadas en el gasto en educación, como porcentaje; gasto estatal anual por estudiante, en todos los niveles educativos incluida la investigación, en dólares PPP; fuente de financiación de las instituciones públicas de educación superior. El estudio concluye que la financiación pública ha disminuido en promedio en ambas organizaciones, y particularmente en Portugal. También es evidente que, en Portugal, más que en la UE y la OCDE, el Estado ha eludido brutalmente su responsabilidad en la financiación de la educación superior pública, obligando a las instituciones públicas de educación superior a buscar financiación sea de los estudiantes, a través de las tasas de matrícula, o del mercado, mediante convenios de investigación y formación, alquiler de espacios y equipos, y venta de servicios. Esto pone de relieve el fuerte proceso de privatización de la educación superior pública que se está dando en el país y que pone en riesgo no sólo la autonomía académica de los docentes sino también la supervivencia de las instituciones de educación superior pública.

Palabras clave: Portugal; financiación de la educación; abdicación de responsabilidades por parte del estado; privatización de la educación superior pública.

Introdução

Enfatizar o papel determinante da educação no desenvolvimento tornou-se uma afirmação gratuita. Milhares de estudos o confirmam. Cientistas sociais como Schultz (1961) e Becker (1964) mostraram ainda na década de 1960 esse papel, pelo capital humano que a

educação produz. Estudos recentes, como o de Hanushek e Woessmann, (2021) e o estudo de Albuquerque Júnior, Magalhães, Rodrigues, Carvalho e Asnis (2024), corroboram a importância do investimento em capital humano através da educação, no crescimento económico e no desenvolvimento.

Por outro lado, também desde as décadas de 1980/1990 que autores como Wolfe e Zuvekas (1997), Ziderman e Albrecht (1995) demonstraram a importância da educação nas sociedades pelos efeitos não monetários que origina nomeadamente na diminuição da delinquência e diversas formas de marginalidade, no aumento da participação cívica, na preocupação com a saúde e os benefícios resultantes de uma população mais cuidada ou no desenvolvimento do voluntarismo e da solidariedade. Para o caso português, entre outros, Cerejeira e Almeida (2022), Vieira (2024) e o Conselho Nacional de Educação (2025) mostram como a educação origina benefícios não monetários que impactam diretamente na sociedade em geral e/ou nos próprios estudantes. Para o caso brasileiro, um estudo recente de Salomão, Menezes-Filho (2022), mostra que os municípios com melhores indicadores educativos apresentam maiores taxas de geração de emprego e menores índices de homicídio.

Outros autores ainda, como Figueiredo, Portela, Sá, Cerejeira, Almeida e Lourenço (2017) relevam a influência da educação no desenvolvimento pessoal dos indivíduos e das sociedades. E, obviamente, não podem esquecer-se as investigações de Bourdieu e Passeron (1964, 1970) que nos mostram, desde há décadas, o contraditório papel da escola/educação como instrumento de reprodução social e de ascensão social com efeitos no desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades nem os estudos de Baudelot e Establet (1971) que nos confrontam com uma escola de classes, uma escola estruturalmente ao serviço da classe dominante mas que pode estar ao serviço da sociedade e do desenvolvimento económico e social, em função da diversificação da sua população e de alterações no currículo e da sua missão.

O número de investigações que têm vindo a demonstrar e a medir os efeitos da educação no desenvolvimento dos indivíduos e de países e regiões nas vertentes económica, social, ambiental, de saúde, etc., é praticamente infinito. Os indicadores estatísticos da OCDE, nomeadamente relativos à educação e à sua relação com o PIB ou com a crescente valorização social e económica do trabalho em função da qualificação do trabalhador, são outros instrumentos que vêm afirmar a relação educação-desenvolvimento.

Neste enquadramento, esperar que o investimento dos países em educação e investigação aumente em cada momento é uma expectativa razoável. E, apesar disso, nem

sempre assim acontece. Em muitas regiões e países, o investimento em educação e investigação estagna, cresce menos do que o necessário ou até decresce em períodos mais ou menos longos. Neste artigo, pretende-se perceber o que tem vindo a verificar-se num país específico, nas últimas décadas: Portugal.

O presente artigo é composto por três secções: Na primeira secção, e afim de contextualizar a problemática da educação em Portugal, apresenta-se a evolução recente da procura de educação no país, nos diversos níveis de ensino; na segunda secção, reconhecendo que Portugal, apesar da sua situação de periferia na Europa, seja geograficamente seja em termos de desenvolvimento, faz parte do conjunto dos países mais desenvolvidos do Mundo, pertencendo a duas importantes organizações internacionais que se constituem em referências para qualquer país e região, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e a UE (União Europeia), enquadra-se o percurso dos gastos em educação em Portugal, na média homóloga daquelas duas organizações, e analisa-se esse percurso a partir de 5 indicadores: As despesas em educação, em percentagem do PIB; o peso das despesas em educação no total das despesas públicas; a participação do Estado e das Famílias e Entidades Privadas nas despesas de educação, em percentagem; as despesas anuais do Estado por aluno, em todos os níveis educativos e no ensino superior, incluindo investigação, em dólares ppp; e, a origem do financiamento das instituições públicas de ensino superior (IES).

Na terceira secção, apresentam-se o contributo dos estudantes/famílias e do Estado Português para o orçamento das instituições públicas de ensino superior (IES) e as despesas do Estado em bolsas e apoios indiretos, para os estudantes do ensino superior, problematizando os resultados de políticas educativas conducentes à privatização do ensino superior público, em Portugal.

Termina-se o artigo com uma breve reflexão sobre os desafios que se colocam ao financiamento da educação em Portugal.

Evolução recente da procura de educação, em Portugal

Pode dizer-se que há um antes e um depois em todos os domínios da vida, em Portugal, com uma data de referência: 25 de Abril de 1974, dia em que ocorreu a Revolução Democrática que viria restabelecer a democracia, no país.

Foram múltiplos os efeitos da Revolução no panorama político, económico, cultural, social, de saúde e educativo. Abaixo apresenta-se um pequeno retrato desses efeitos no domínio da

educação, que evidenciam o esforço de um país que quer sair da pobreza e do obscurantismo através da educação.

Um pouco de “história”

A situação atual da educação, em Portugal, pode e deve ser analisada em função de uma data e de um evento: 1974 e a Revolução Democrática do 25 de Abril. Aliás, pode afirmar-se que em todos os domínios sociais e tecnológicos existe um antes e um depois da Revolução: os 48 anos de ditadura (1928-1974) foram vencidos pela Revolução Democrática; a igualdade de todos os cidadãos perante a lei foi consagrada constitucionalmente; de igual modo o foram o direito universal de voto; direitos como a liberdade de expressão, de manifestação, de sindicalização ou de ideologia política; os cuidados de saúde expandiram-se gratuitamente a toda a população; os trabalhadores viram algumas das suas reivindicações estabelecidas na Constituição da República de 1976 (CRP) e na lei – a liberdade sindical; o direito à greve; o direito a férias pagas; a semana de 5 dias de trabalho, etc.; a educação, universal e tendencialmente gratuita em todos os níveis de ensino. Com a CRP, a educação deixou de ser um privilégio de uma elite para se tornar num direito de todos.

No que à educação diz respeito, será interessante atentar que, até 1974:

- não existia escolaridade obrigatória;
- o ensino primário tinha uma duração de 4 anos;
- os níveis de analfabetismo rondavam os 50% da população;
- ao nível do ensino pós-primário, eram duas as vias possíveis: a liceal, destinada a reproduzir a classe dominante; e, a técnica industrial e comercial, destinada aos filhos e filhas dos pequenos empresários, dos pequenos agricultores, dos camponeses, dos operários e produzia os operários qualificados necessários ao crescimento da indústria e dos serviços e à manutenção do *status quo*;
- à data de 1974, existiam, apenas 4 universidades, todas públicas;
- no ensino superior, estudantes oriundos das classes menos favorecidas não passavam dos 1% da população universitária total;
- era diminuta a percentagem da população com estudos superiores (inferior a 2%).

A Revolução Democrática do 25 de Abril veio mudar de forma radical toda a situação:

- foi estabelecida uma escolaridade obrigatória, progressivamente de 6, 9 e 12 anos;
- a taxa de analfabetismo desceu para os atuais 2%/3%;
- os liceus e as escolas técnicas industriais e comerciais transformaram-se em “escolas secundárias” oferecendo a mesma formação: todos os jovens, independentemente da sua origem

social e económica passaram a ter os mesmos professores, as mesmas disciplinas, os mesmos objetivos educativos ao mesmo tempo que, gradualmente, se criou uma “escola inclusiva” (em constante construção) e se diversificaram as vias de formação secundária, com opções de prosseguimento de estudos ou de vias mais profissionalizantes;

- a oferta pública de ensino superior expandiu-se e diversificou-se: no final da década de 1970/inícios da década de 1980 já existiam 11 universidades públicas, um instituto universitário e 15 institutos superiores politécnicos;

- por razões de natureza política, em 1986 o ensino superior foi aberto à iniciativa privada;

- o número de jovens a frequentar o ensino superior multiplicou-se e, dos menos de 50000 estudantes do ensino superior nas vésperas da Revolução, hoje, são cerca de 450000;

- a percentagem de jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos corresponde, hoje, a cerca de 17,4% da população estudantil (Cabrito, 2024).

Alguns números

Do exposto é imediato concluir-se que a educação deixou de ser para as elites; o número de estudantes, cresceu; as taxas de escolaridade, aumentaram; o nível de habilitações da população, aumentou; a educação superior, democratizou-se. Observe-se os valores da Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução do número de matrículas, todos os níveis de ensino

Anos	Total ensino não superior	Ensino Básico				Ensino Secundário	Ensino Superior
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1961*	1.079.587	1.066.471	887.235	78.064	101.172	13.116	24.149
1970*	1.343.307	1.316.279	935.453	193.912	186.914	27.028	49.461
1980	1.707.905	1.538.389	927.852	305.659	304.878	169.516	80.919
1990	1.840.682	1.531.114	715.881	370.607	444.626	309.568	157.869
2000	1.658.541	1.240.836	539.943	276.529	424.364	417.705	373.745
2005	1.529.953	1.153.057	504.412	267.742	380.903	376.896	380.937
2010	1.740.444	1.256.462	479.519	273.248	503.695	483.982	383.627
2015	1.435.316	1.041.698	418.145	238.582	384.971	393.618	359.450
2020	1.344.204	950.864	38.653	215.389	348.892	393.340	396.909

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: UM PROBLEMA GRAVE

Belmiro Gil Cabrito

2021	1.319.731	926.042	373.109	210064	342.869	393.689	411.995
2022	1.327.423	930.323	374.620	212914	342.789	397.100	433.217
2023	1.340.413	945.449	388.316	210345	346.788	394.964	446.028
2024	1.344.329	954.792	400.174	206225	348.393	389.537	448.235

Fonte: PORDATA (2025). Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao>. Acesso em 17/10/2025.

*calculado a partir de Barreto *et al.*, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*.

Os dados da Tabela 1 testemunham bem o crescimento do número de matrículas em todos os níveis de ensino, notando-se um aumento extraordinário nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, no ensino secundário e no ensino superior que, em cerca de 60 aumentaram, respetivamente, 3,44; 26,69; e, 18,56 vezes. A quebra que se verifica na última década não resulta de uma “fuga” à escola, mas sim do envelhecimento da população portuguesa nos últimos 50.

Indubitavelmente, a educação foi eleita pelos portugueses como algo a atingir, sendo de salientar que em 65 anos o número de alunos do ensino superior aumentou quase 19 vezes, pelo que podemos considerar que Portugal apresenta hoje um ensino superior de massas.

O aumento explosivo da população no ensino superior teve de se refletir na composição social e econômica desta população. O ensino superior democratizou-se com o aumento do número de jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos, apesar de ser um nível educativo que ainda não perdeu a sua natureza elitista. Observe-se a Tabela 2.

Tabela 2 - Origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior, em Portugal

Anos	Rendimento do agregado familiar		
	Elevado; médio-alto (>1500€/mês)	Médio (entre 870 e 1500€/mês)	Baixo (<870€/mês)
1994/1995	14,4	71,8	13,6
2004/2005	17,3	74,1	8,6
2009/2010	38,2	43,8	18,0
2014/2015	36,7	46,7	16,6
2020/2021*	31,9	50,7	17,4

Fonte: Cerdeira e Cabrito, 2017; Martins *et. al.*, 2021.

*Adaptado de Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal, 2020; ELABORAÇÃO DO ESTUDO: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte; Susana da Cruz Martins (Coord.), Rosário Mauritti & Bernardo Machado; Consultores: António Firmino da Costa e Pedro Ramos.

Disponível em: https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/eurostudentvii_relatorio_nacional_final_cies-iscte2020_10set.pdf.

Categorias do estudo e sua junção pelos autores:

Largamente acima da média e Pouco acima da média

Estão na média

Pouca abaixo da média e Largamente abaixo da média

Como pode verificar-se na Tabela 2, apesar de ter aumentado a participação dos estudantes oriundos de famílias de baixos rendimentos no ensino superior, a sua participação continua minoritária, evidenciando o ainda elitismo deste segmento educativo.

Naturalmente, nas circunstâncias expostas de expansão e crescimento dos números da educação portuguesa em todos os níveis educativos, não é de estranhar que o nível académico da população portuguesa tenha aumentado, no período. Observe-se a Tabela 3.

Tabela 3 - População residente com 16 e mais anos, por nível de escolaridade completo

Ano	Sem nível de escolaridade	Ensino Básico				Ensino Secundário e pós-Secundário	Ensino Superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total		
1961	66,6	29,8	-	-	29,8	3,0	0,6
1971	Nd	27,9	Nd	nd	nd	Nd	1,0
1981	36,8	38,9	10,6	7,1	56,6	4,4	2,2
2001	17,3	33,0	16,4	14,8	64,2	11,7	6,8
2011	10,8	26,3	12,6	20,2	59,1	16,7	13,4
2021	4,7	20,3	9,2	19,4	48,9	24,7	21,7
2023	3,7	19,1	8,1	19,0	46,2	26,9	23,2
2024	0,0	nd	Nd	nd	38,7	32,7	28,6

Fonte: PORDATA (2025). Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao>. Acesso em 17/10/2025.

Os dados da Tabela 3 evidenciam o rápido crescimento do nível de escolaridade da população residente com mais de 16 anos. Se em 1961, 66,6% dessa coorte não tinha, sequer, terminado o ensino primário de 4 anos, em 2024, esse valor é nulo. Por outro lado, a percentagem da população residente com mais de 16 anos com um grau completo de ensino superior passou dos 0,6% em 1961 para os 28,6%, em 2024. Os dados testemunham o esforço de um país que quis ultrapassar a ignorância a que esteve votado durante a ditadura do Estado Novo.

Finaliza-se esta breve seção com a evolução da Taxa real de escolarização no ensino superior, no período em análise. Os valores da Tabela 4 são elucidativos do percurso que a

população portuguesa tem caminhado no sentido da sua formação: em 60 anos, a taxa real de escolarização no ensino superior passou de valores inferiores a 1%, em 1961, para valores superiores a 43%, em 2024.

Tabela 4 – Evolução da taxa real de escolarização no ensino superior

Ano lectivo	Taxa	Ano lectivo	Taxa
1960/1961	+/- 1,0	2010/2011	31,9
1970/1971	2,4	2020/2021	40,4
1980/1981	10,7	2021/2022	41,1
1990/1991	20,2	2022/2023	42,5
2000/2001	25,7	2023/2024	43,1

Fontes: DGES (2025) – Direção-Geral do Ensino Superior, disponível em <https://info.dgeec.medu.pt/75anos-estatisticas-educacao-portugal/862> e DGEEC (2025) - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, disponível em http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_1_5. Acedido em 12/06/2025.

Portugal na OCDE e na UE

Para uma maior compreensão do processo de mudança na educação portuguesa, podem utilizar-se diferentes indicadores. Nas subsecções seguintes enquadra-se o percurso dos gastos em educação em Portugal, a partir de 5 indicadores: As despesas em educação, em percentagem do PIB; o peso das despesas em educação no total das despesas públicas; a participação do Estado e das Famílias e Entidades Privadas nas despesas de educação, em percentagem; as despesas anuais do Estado por aluno, em todos os níveis educativos e no ensino superior, incluindo investigação, em dólares ppp; e, a origem do financiamento das instituições públicas de ensino superior (IES). Considerando que a apreciação deste processo exige um termo de comparação, apresenta-se, para os mesmos indicadores, o desempenho da média dos países da OCDE e da UE, organizações de que Portugal é membro.

Educação e PIB

Todos sabemos o que significa o PIB – Produto Interno Bruto que corresponde à riqueza criada dentro das fronteiras de um país. Grosso modo, e pedindo desculpa à Economia por algum facilitismo, pode dizer-se que o PIB corresponde ao valor do total da produção realizada num país, rendimento de que esse país dispõe para fazer face aos seus gastos, seja com os serviços que satisfazem necessidades coletivas, como a educação, a saúde, o sistema judicial, os transportes, seja com o consumo seja com o investimento.

Naturalmente, a riqueza criada no país é repartida por entre os fatores produtivos, trabalho e capital, sendo que, através da prática direta de atividades produtoras de mais valia, o designado setor industrial do Estado e através dos impostos, os Estados apropriam-se de uma parte daquela riqueza. É com esses montantes arrecadados que os Estados fazem face às despesas que lhes competem, enquanto provedores de serviços de natureza pública às suas populações. E, um desses serviços, é o educativo.

Neste domínio, uma questão se coloca desde logo: qual a despesa ideal ou indispensável de um Estado, em educação? Deixando de lado a resposta a esta questão, porque varia de país para país bem como ao longo do tempo, podemos, todavia, aferir acerca da importância que os Estados atribuem à educação em função da parte do PIB que lhe é destinada e sua evolução. Para o caso português e seu enquadramento no “mundo mais desenvolvido”, observemos as Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Percentagem do PIB despendido com a educação, por nível educativo, em Portugal, OCDE (média) e EU (média), alguns anos

País/Bloco	2007			2010			2012		
	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior
Portugal	5,6	3,5	1,6	5,8	3,9	1,5	5,9	4,5	1,3
OCDE	5,7	3,6	1,5	6,3	3,9	1,6	5,3	3,7	1,5
EU	5,3	3,5	1,3	5,9	3,8	1,4	4,9	3,6	1,4

Fonte: OCDE (2013) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Education at a Glance: OECD Indicators*, 2013. Indicador B2.

Tabela 6 – Percentagem do PIB despendido com a educação, por nível educativo, em Portugal, OCDE (média) e EU (média), alguns anos

País/Bloco	2015			2021			2022		
	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior
Portugal	5,2	3,9	1,3	4,5	3,3	1,2	3,9	3,2	0,7
OCDE	5,0	3,5	1,5	4,5	3,0	1,5	4,0	3,1	0,9
UE	4,6	3,3	1,3	4,0	2,7	1,3	3,7	2,8	0,9

Fonte: OCDE (2019, 2024, 2025) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2019, 2024 e 2025. Indicador C1.

Da análise dos dados das Tabelas 5 e 6, pode constatar-se, em primeiro lugar, uma tendência para a diminuição da parte do PIB dedicada à educação e investigação, quer em Portugal quer, em média, nos países constituintes das duas organizações, sendo que a percentagem do PIB gasta por Portugal em todos os níveis educativos é, em geral, superior à média da OCDE e da UE. Essa situação tornou-se mais notória em 2010 e 2012, mantendo-se, todavia, no resto da década. Mesmo no último ano de que há estatísticas oficiais, e apesar da quebra que este indicador está a conhecer na década de 2020, a percentagem do PIB despendida com a educação em Portugal (3,9%) é superior à média registada na UE (3,7%) e praticamente igual à registada na OCDE (4,0%).

Para a evolução registada em Portugal, contribuiu preferencialmente a despesa efetuada com os níveis pré-superiores (educação de infância, ensino básico e ensino secundário), a que não será estranho certamente o facto de ter sido estabelecido o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade no país, em 2009 (Lei nº 85/2009, de 27 de agosto) e de o mesmo diploma consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.

No que respeita ao ensino superior (inclui despesas de investigação) é de destacar o fato de ao longo de todo o período a percentagem do PIB dedicada a este nível educativo ter vindo a diminuir continuamente em Portugal e, em média, nos países da UE e da OCDE atingindo valores tão irrisórios como 0,9% do PIB na média dos países da OCDE e da UE e 0,7% do PIB em Portugal. A evolução registada testemunha uma quebra significativa no investimento público no ensino superior em largos espaços nacionais, contrariando o que seria desejável se lembrarmos a relação fortemente positiva que se estabelece entre investimento em pós-graduação e investigação e o desenvolvimento.

Em termos gerais, pode afirmar-se que a tendência atual é a de uma contração do investimento público em educação e investigação em Portugal e, em média, nos países da OCDE e da UE, situação que dependerá de inúmeros fatores, nomeadamente o abrandamento da atividade económica num vasto conjunto de países em virtude da pandemia do Covid 19 e, muito particularmente na Europa, em virtude do desvio de enormes verbas dos países europeus para apoio direto à Ucrânia e para a indústria de armamento bem como do processo de privatização da educação superior vivido na generalidade dos países, nomeadamente por Portugal (Cerdeira e Cabrito, 2017; Cabrito, 2024).

Percentagem das despesas em educação no total das despesas públicas

Outro indicador que nos permite perceber a importância da educação para os governos, é o peso das despesas em educação no total das despesas públicas. Observe-se as Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Despesa pública em educação, em percentagem do total da despesa pública

País/Bloco	2007			2010			2012		
	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior
Portugal	11,6	7,8	2,6	11,0	8,8	2,2	9,8	7,8	1,8
OCDE	13,3	9,0	3,1	13,0	9,9	3,1	11,6	8,3	1,8
UE	12,1	8,0	2,6	11,4	8,7	2,7	10,0	7,3	2,6

Fonte: OCDE – (2013). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, 2013. Indicador B4.

Tabela 8 - Despesa pública em educação, em percentagem do total da despesa pública

País/Bloco	2015			2021			2022		
	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior	Todos os níveis	Até ao ensino superior	Ensino superior
Portugal	9,1	7,2	1,9	9,2	7,4	1,8	9,7	7,3	2,4
OCDE	11,1	8,1	3,0	10,0	7,3	2,7	10,0	7,3	2,7
UE	9,5	6,9	2,6	8,9	6,5	2,4	9,5	7,2	2,3

Fonte: OCDE (2019, 2024, 2025) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2019, 2024 e 2025. Indicador C4.

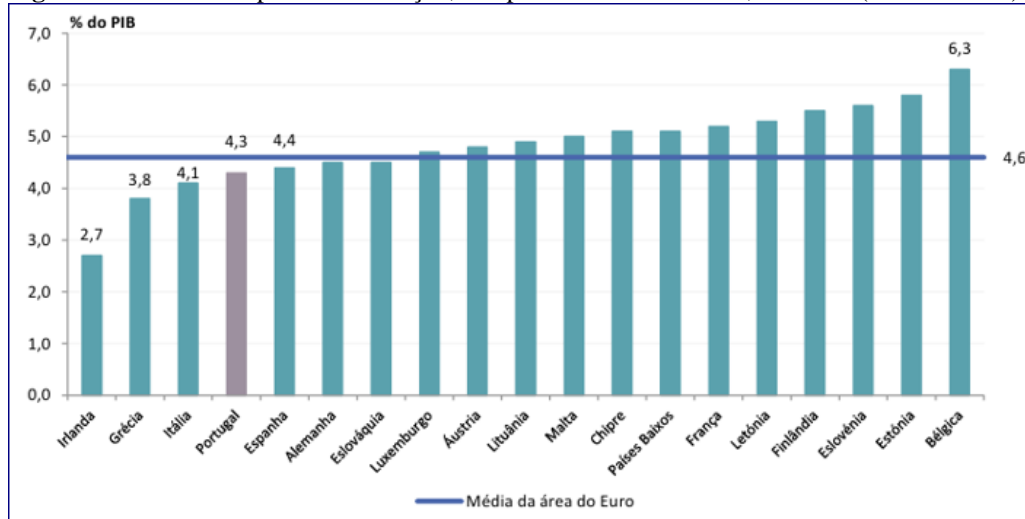
Os valores das Tabelas 7 e 8 vêm corroborar a tendência atrás destacada para a quebra do investimento em educação em Portugal e, em média, nos países da OCDE e da UE. De salientar, por exemplo, a quebra significativa, entre 2007 e 2022, de 3,3 pontos percentuais (p.p.) na fatia das despesas públicas em educação no total das despesas públicas na média dos países da OCDE e de 2,6 na média dos países da UE. Portugal acompanhou esta tendência, ainda que apresentando uma perda mais suave (1,9 p.p.).

Outros alertas são dignos de registo, relativos ao ensino superior: por um lado, a parte da despesa pública em ensino superior no total da despesa pública é extraordinariamente baixa quer em Portugal quer na média da OCDE e da UE e tendencialmente decrescente; por outro, a percentagem das despesas públicas no ensino superior no total da despesa pública portuguesa diminuiu ao longo de todo o período, exceção para o ano de 2022 e registou sempre valores inferiores aos valores homólogos da média dos países da OCDE e da UE.

Em termos gerais, a análise da evolução do peso da despesa pública em educação no total da despesa pública mostra uma tendência decrescente da preocupação dos Estados com a educação, nomeadamente com o ensino superior, revelando-se a situação portuguesa como a

mais preocupante. Aliás, a análise do peso das despesas em educação em percentagem do PIB nos países da área Euro mostra bem a má situação portuguesa na Tabela da realidade europeia. Observe-se a Figura 1.

Figura 1 – Peso da despesa em educação, nos países da área do Euro, em 2022 (em % do PIB)



Fonte: INE (2023) – Instituto Nacional de Estatística, *Contas Nacionais*, 2023.

Despesas em educação do Estado, Famílias e Entidades Privadas

Dada a natureza central do financiamento para o normal funcionamento das instituições e o facto de a educação ser uma atividade muito cara, é natural que a questão financeira seja uma das questões que mais preocupa as instituições educativas no desenvolvimento da sua missão (Cerdeira, 2009). Uma instituição educativa subfinanciada dificilmente pode produzir serviços educativos em quantidade e em qualidade que satisfaçam as necessidades da comunidade.

Esta questão obriga-nos a pensar sobre as fontes de financiamento dos jardins de infância, escolas, instituições de ensino superior. Tradicionalmente, e particularmente no que respeita ao ensino não superior, o principal financiador destes níveis educativos cabe aos Estados que fornecem esse serviço através de escolas públicas e/ou instituições de solidariedade social cofinanciadas pelos Estados. Assim acontece, por exemplo, em Portugal: a frequência do ensino pré-escolar (aos 5 anos de idade; previsão, a partir dos 3 anos), do ensino básico (9 anos) e secundário, regular e profissional (3 anos) é gratuita, e é acompanhada por diversos apoios a estudantes financeiramente mais vulneráveis, nomeadamente subsídios para transporte, alimentação e material didático, bem como a distribuição gratuita de manuais escolares e de computadores a todos os estudantes, independentemente da sua origem socioeconómica

Apesar da oferta pública destes níveis educativos, existe uma oferta privada que, apesar de algum apoio protocolado com o Estado, é financiada, fundamentalmente, pelas famílias. Muito embora esse esforço dos Estados, as despesas com a educação não superior acabam por não ser totalmente garantidas por eles. O mesmo acontece, aliás, com o ensino superior: dada a sua natureza não obrigatória, nem sempre os Estados consideram ser seu dever fornecer esse serviço gratuitamente.

Tradicionalmente, a gratuidade do ensino superior é uma das características do ensino superior público numa boa parte dos países europeus. Assim acontece, por exemplo, com a Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, França, Alemanha, etc., sendo o orçamento das instituições garantido, basicamente, pelos fundos do Orçamento do Estado.

Na generalidade dos países europeus essa política de gratuidade de frequência ainda é acompanhada por outras políticas de apoio aos estudantes. São políticas diretas como seja a atribuição de bolsas, independentemente da origem socioeconómica dos estudantes, a atribuição de bolsas dependentes do rendimento dos estudantes e suas famílias, a concessão de empréstimos a taxa zero ou a taxas bonificadas ou apoio médico; ou políticas indiretas como o apoio a deslocações, o apoio a moradia ou as refeições subsidiadas nas cantinas universitárias. Todavia, há países onde o ensino superior público não é gratuito. O caso português é um dos exemplos: para frequentarem o ensino superior público os estudantes pagam uma taxa anual de frequência, a propina, que vem colmatar, aliás, o subfinanciamento das instituições por parte do Estado.

Avaliar a importância que um país concede à educação passa, pois, por perceber também a questão do financiamento das instituições: qual o papel do Estado e das famílias e outras entidades privadas no financiamento da educação? Observe-se as Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 - Repartição das despesas em educação entre o Estado e as Famílias e Outras Entidades Privadas, em percentagem

País/Bloco	2007		2010		2012	
	Estado	Famílias/ outras entidades privadas	Estado	Famílias/ Outras entidades privadas	Estado	Famílias/ Outras entidades privadas
Portugal	92	8	93	7	79	21
OCDE	83	17	84	16	84	16
EU	89	11	89	11	87	13

Fonte OCDE (2013) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, 2013. Indicador B3.

Tabela 10 - Repartição das despesas em educação entre o Estado e as Famílias e Outras Entidades Privadas, em percentagem

País/Bloco	2015		2021		2022	
	Estado	Famílias/ outras entidades privadas	Estado	Famílias/ Outras entidades privadas	Estado	Famílias/ Outras entidades privadas
Portugal	79	21	80	20	80	20
OCDE	83	17	84	16	84	16
EU	87	13	85	15	80	20

Fonte OCDE (2022, 2024) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2022 e 2024. Indicador C3; EU 2022: Eurostat (2025).

Os valores das Tabelas 9 e 10 mostram claramente o importante papel do Estado no financiamento da educação quer em Portugal quer na média dos países da OCDE e da UE apesar da tendência para uma menor participação do Estado no financiamento da educação na média dos países da UE e, particularmente em Portugal. Entre 2007 e 2022 as Famílias/Outras Entidades Privadas passaram a sua contribuição de 8% para 20% do financiamento da educação, revelando um rápido e crescente processo de privatização da educação pública no país.

A análise destes dados deve ser complementada por quatro notas:

1^a - a participação das Outras Entidades Privadas, quer em Portugal quer na média da OCDE e da UE é praticamente irrelevante, variando entre 1% e 2% (OCDE, 2025);

2^a essa participação, particularmente no caso português, diz respeito fundamentalmente à educação de infância e ao ensino superior (EU:2022. Eurostat - Educational Expenditure Statistics, June 2025);

3^a a capacidade instalada para a educação de infância das instituições públicas e de solidariedade social em Portugal ainda não é suficiente para toda a procura, dado ser uma medida relativamente recente, sendo as famílias forçadas a recorrer a instituições de natureza privada, ainda que contem com o apoio do Estado;

4^a a capacidade instalada das instituições públicas de ensino superior é suficiente para abrigar toda a procura; todavia, por questões diversas, como seja a eventual melhor qualidade do ensino de algumas instituições privadas; o elevado estatuto social e económico de alguns estudantes, a inexistência do curso pretendido na área de residência nas instituições públicas bem como razões de natureza política, explicam e justificam a existência de instituições privadas de ensino superior, para cujo financiamento o Estado Português não contribui diretamente. No entanto, pode dizer-se que esse contributo acontece de forma indireta através

dos apoios financeiros públicos de que os estudantes do ensino superior privado beneficiam, à semelhança dos seus colegas do ensino superior público.

Despesas anuais do Estado por aluno, em dólares ppp

Outro indicador a que pode recorrer-se para avaliar a importância do Estado à educação é o valor das despesas por ele efetuadas por aluno e por ano. As Tabelas abaixo informam acerca dessa despesa no período 2007-2022, em Portugal e na média da OCDE e da UE, relativamente a todos os níveis de ensino (Tabela 11) e ao caso particular do ensino superior (Tabela 12).

Tabela 11- Despesas anuais do Estado, por aluno, todos os níveis de ensino, incluindo investigação, em dólares ppp (paridade do poder de compra)

País/Bloco	2007	2010	2012	2015	2017	2021	2022	Δ 2022/2007*
Portugal	6.677	8.009	7.952	9.153	9.696	11.752	10.396	55,7%
OCDE	8.216	9.313	10.220	10.520	10.104	14.209	12.702	54,6%
EU	8.013	9.208	10.361	10.555	10.506	13.787	12.541	56,5%

* Δ 2022/2007 = (Despesa em 2022 - Despesa em 2007) / Despesa em 2007 x 100

Fonte: OCDE (2013, 2019, 2022, 2024) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2013, 2019, 2022, 2024 e 2025. Indicador B1 para 2007, 2010, 2012; indicador C1, para anos posteriores.

O que os dados da Tabela 11 indicam é que as despesas anuais por aluno, em todos os níveis educativos e investigação, em dólares ppp, apresentam uma tendência crescente quer em Portugal, quer na média da OCDE e da UE tendo crescido, entre 2007 e 2022 cerca de 56% nos três espaços de ensino.

Todavia, esse crescimento, particularmente em Portugal, não foi regular, tendo-se assistido a uma quebra na despesa pública por aluno entre 2010 e 2012, decorrente, entre outros fatores, da crise económica que atingiu o país e que implicou uma intervenção conjunta do BM, FMI e BCE na economia portuguesa e da política ultraliberal do governo português entre 2012 e 2015. Interessante é verificar, também que de 2021 para 2022 se assiste a uma quebra na despesa pública por aluno nos três espaços que poderá ser consequência de fatores diversos nomeadamente a diminuição da despesa durante o período da pandemia do Covid 19 com um “ensino em casa e à distância” e o aumento das despesas em defesa e armamento no “Mundo Ocidental” de apoio à Ucrânia, em detrimento de despesas sociais como a educação, a saúde ou a justiça.

Apesar da irregularidade assinalada, pode afirmar-se que a tendência foi de crescimento da despesa pública por aluno, na OCDE e na UE, em termos gerais. Todavia, no caso específico do ensino superior, em Portugal não se verifica aquela tendência. Observe-se a Tabela 12.

Tabela 12 - Despesas anuais do Estado por aluno do Ensino Superior, incluindo investigação, em dólares ppp

País/Bloco	2007	2010	2012	2015	2017	2021	2022*	Δ 2022/2007
Portugal	10.398	10.578	9.196	11.766	11.788	9.194	8.038	-22,7%
OCDE	12.907	13.528	15.028	15.656	16.327	17.138	15.102	17,0%
EU	12.084	12.856	10.455	15.998	16.888	17.634	15.830	31,0%

Fonte: OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2013, 2019, 2022, 2024 e 2025. Indicador B1 para 2007, 2010, 2012; indicador C1, para anos posteriores; indicador C5 para 2022.

Os dados da Tabela 12 mostram bem como as despesas anuais da Estado por aluno do ensino superior em Portugal apresentam uma evolução contrária à registada quer na média dos países da OCDE quer nos países da UE. Entre 2007 e 2022, as despesas médias dos Estados com um estudante do ensino superior aumentaram 31,0% na UE e 17,0% na OCDE. Pelo contrário, em Portugal essa despesa diminuiu 22,7%, passando dos 10398 dólares em 2007 para os 8038, em 2022. Como todos os fenómenos, esta evolução não pode ser explicada por uma razão mas por uma multiplicidade de razões. No caso presente poder-se-á apontar, entre essas razões, a crise económica que o país está a vivenciar e, particularmente, as medidas liberais de contenção da despesa pública por parte de sucessivos governos que têm conduzido à desresponsabilização do Estado na provisão dos serviços públicos, nomeadamente o educativo.

Origem do orçamento das IES públicas

Uma das características atuais globais no que respeita o financiamento do ensino superior público é a diminuição gradual da participação do Estado nesse financiamento, obrigando as IES a colmatarem essa falha recorrendo a outras fontes. Esta partilha nos custos com a educação superior sendo “global”, não apresenta a mesma estrutura nos diversos países e blocos de países. Nas subsecções seguintes, compara-se o processo de desresponsabilização do Estado Português com a média dos países da OCDE e da UE.

Evolução do contributo do Estado

Já acima referimos que se assiste, atualmente, a um processo de privatização da educação, a nível global. A globalização trouxe uma Agenda Global para a Educação (Dale, 2004) onde a desresponsabilização dos Estados na provisão de educação é um dos aspetos mais significativos. Esta afirmação exige, naturalmente, validação oficial e elucida sobre o papel que os Estados atribuem à educação, nomeadamente ao ensino superior, no desenvolvimento. Observe-se a Tabela 13.

Tabela 13 - Participação dos Estados no Eurostat orçamento das instituições públicas de ensino superior

País/Bloco	2007	2010	2012	2015	2017	2021	2022
Portugal	70	69	54	58	60	74	60
OCDE	69	68	70	66	68	79	68
EU	79	77	78	73	73	82	80

Fonte: OCDE (2013, 2019, 2022, 2024, 2025) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Education at a Glance: OECD Indicators*, edições de 2013, 2019, 2022, 2024 e 2025. Indicador B2 para 2007, 2010, 2012; indicador C1, para anos posteriores.

A análise da Tabela 13 permite concluir que em média, a participação dos países da OCDE e da UE no orçamento das IES se tem mantido estável, sendo superior a participação dos Estados nos países da UE. Aliás, este é um resultado expectável se analisarmos a composição de ambas as organizações: se na UE, numa parte significativa dos países o ensino superior é gratuito ou o valor das propinas é baixo, na OCDE estão representados países onde a participação dos estudantes e das famílias no financiamento do ensino superior é muito significativa através de propinas elevadas, diminuindo, em média, a participação dos países da OCDE no orçamento das IES. Os casos japonês e norte americano são casos representativos da situação.

No que respeita ao caso português, a situação afigura-se atípica e grave. Por um lado, o país é membro de uma organização cujos membros oferecem tradicionalmente ensino superior gratuito ou a baixo custo; por outro, a participação do Estado Português no orçamento das IES através do Orçamento do Estado não só tem vindo a diminuir de forma agressiva como essa participação é sempre bastante inferior aos valores homólogos da OCDE. Tendo em atenção estes dados, pode dizer-se que o governo português atribui uma importância para o desenvolvimento do país ao ensino superior inferior àquela que, em média, é alocada pelos governos dos países da OCDE e da UE.

Evolução do contributo dos estudantes e do mercado

Um dos aspetos mais significativas relativamente ao financiamento do ensino superior público em Portugal é, certamente, o subfinanciamento crónico das instituições públicas de ensino superior e a participação dos estudantes nesse financiamento, justificando e explicando o processo imparável de privatização do ensino superior público, no país. Observe-se a Tabela 14.

Tabela 14 - Participação do Estado no financiamento das IES públicas, em %

Anos	%
Antes de 1995	+/-100,0
1995	96,5
2005	68,0
2010	69,2
2015	55,1
2020	55,7
2021	56,2
2022	54,2*

Fonte: Conselho Nacional de Educação (2022)

Nota: *Os valores apresentados por diferentes agências para uma mesma grandeza nem sempre são coincidentes, particularmente quando se trata de valores ainda não consolidados. Assim acontece com a participação do Estado Português no financiamento as IES públicas em 2022, que a OCDE aponta o valor de cerca de 60% (ver Tabela 13 e o Conselho Nacional de Educação (2022, Tabela 14) aponta para os 54%. Independentemente da disparidade, o que se pretende destacar é o processo de desresponsabilização do Estado Português no financiamento das IES públicas.

O que os dados da Tabela 14 evidenciam é a quebra brutal do contributo do Estado para o financiamento do ensino superior público, desde finais do século. Se antes de 1995, apenas uma parte residual do orçamento das IES era assegurado pelos estudantes, através das propinas, desde essa data que se assiste à brutal desresponsabilização do Estado no financiamento das IES públicas (Cabrito; Cerdeira; Mucharreira, 2023), acompanhando a tendência neoliberal mundial. Da situação de ser quase o único financiador do ensino superior público, o Estado contribui, hoje, para pouco mais de metade do orçamento das IES públicas as quais são forçadas a procurar outras fontes de financiamento, num real processo de diversificação das fontes de financiamento afetando esse financiamento ao Estado, aos estudantes/famílias e à sociedade civil (filantropia, mercado) que mais não é do que uma justificação liberal para a desresponsabilização dos Estados na provisão de bens públicos que caracteriza a atual sociedade global ultraliberal. Observe-se a Tabela 15.

Tabela 15 - A partilha de custos no financiamento do Ensino Superior público, em Portugal: origem do financiamento das IES públicas, em percentagem

Anos	Estado ¹	Estudantes ²	Outras receitas ³	Anos	Estado ¹	Estudantes ²	Outras receitas ³
2008	65,0	13,7	21,3	2016	56,7	17,1	26,2
2009	68,7	14,3	17,0	2017	58,4	17,9	23,7
2010	69,1	14,4	16,4	2018	52,5	16,4	31,1
2011	60,6	16,3	23,1	2019	55,1	17,2	27,7
2012	52,9	18,0	29,1	2020	55,7	14,8	29,5
2013	55,6	16,6	27,8	2021	56,2	14,5	29,3

2014	56,9	16,7	26,4	2022	54,2	16,7	29,1
2015	55,2	17,0	27,8	-	-	-	-

¹Transferências de Receitas Gerais/Receitas de Impostos; ²Propinas/Anualidades; ³Outras Receitas (mecenato, venda de serviços, parcerias, etc.).

Fonte: Conselho Nacional de Educação (2022).

Os dados das Tabelas 14 e 15 são bem elucidativos do processo de desresponsabilização do Estado no financiamento das IES públicas, forçando-as a procurar outras fontes de financiamento, nomeadamente os estudantes e suas famílias, através das propinas e o mercado, por meio de protocolos e parcerias de formação e de investigação, de alugueres de salas e equipamento, etc. Em conclusão, a sobrevivência atual das IES públicas portuguesas exige a procura de fontes de financiamento que podem pôr em risco a sua autonomia pedagógica e investigativa, como estudos recentes vêm comprovar (Nascimento, 2018).

Conclusão

A sobrevivência da educação pública e, muito particularmente, do ensino superior público e da investigação levada a cabo pela Academia no chamado “mundo desenvolvido”, representado neste artigo pelos países que englobam a OCDE e a UE, encontra-se em risco, dado o afastamento dos decisores políticos do seu financiamento. Esse afastamento afetará de forma diferente os diversos países, sendo que os dados nos mostram como Portugal constitui um caso bastante díspar da média dos países seus parceiros naquelas duas organizações internacionais: o papel do Estado Português na educação e em especial no ensino superior e na investigação tem vindo a desvanecer-se ao mesmo tempo que o ensino superior público se vai privatizando em decorrência da necessidade das instituições públicas de ensino superior terem de procurar financiamentos no exterior, seja cobrando propinas aos estudantes seja procurando financiamentos no mercado, através da venda de serviços, de aluguer de instalações e equipamentos, de programas de formação encomendados ou de protocolos e parcerias de investigação.

Um dos maiores desafios que se coloca ao ensino superior público em Portugal é o da continuidade e suficiência do financiamento público por parte do Estado, não impedindo, todavia, a procura de outros financiamentos junto de parceiros de investigação ou da venda de serviços, mas onde seja decisiva a vontade das instituições na decisão acerca do que ensinar e investigar, situação impossível no momento atual em que as IES são forçadas a “mendigar” por financiamentos.

Referências

- Albuquerque Junior, Ailton Batista de, Magalhães, Fernanda de Rodrigues, Carvalho, Michele Lemos de Oliveira Sousa & Asnis, Valéria Peres (2024). A educação e a teoria do capital humano: Um entrelaçamento de perspectivas contemporâneas. *Caderno Pedagógico*, 21(6), e4692.
- Baudelot, Christian, & Establet, Roger (1971). *L'École capitaliste en France*. Ed. Maspero.
- Becker, Gary S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Columbia University Press.
- Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude (1964). *Les héritiers: Les étudiants et la culture*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude (1970). *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Les Éditions de Minuit.
- Cabrito, Belmiro. G. (2024). Políticas e o direito à educação superior: Qual agenda? *Revista Cocar*, (Edição Especial 29), 1–20.
- Cabrito, Belmiro. G., Cerdeira, L., & Mucharreira, P. R. (2023). O ensino superior público em Portugal: Financiamento, privatização e precariedade. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, 13(10), 1–15. doi.org
- Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*. Coimbra: Almedina.
- Cerdeira, L., & Cabrito, B. (Eds.). (2017). *Custos dos estudantes do ensino superior português. Relatório CESTES 2*. EDUCA.
- Cerejeira, J., & Almeida, A. (2022). *Benefícios do Ensino Superior*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: www.ffms.pt
- Conselho Nacional de Educação. (2022). *Estado da educação em Portugal – 2021*. CNE.
- Conselho Nacional de Educação. (2025). *Estado da Educação - 2024: Desafios e Perspetivas*. CNE.
- Dale, R. (2004): Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”». *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n.º 87, maio/agosto, 2004, p. 423-460.
- DGEEC. Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência. (2025). *Estatísticas da educação*.
- DGES. Direção-Geral do Ensino Superior. (2025). *Dados e estatísticas do ensino superior*.

- Eurostat. (2025). Educational expenditure statistics. European Commission.
- Figueiredo, H., Portela, M., Sá, C., Cerejeira, J., Almeida, A., & Lourenço, D. (2017). Benefícios do ensino superior. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: www.ffms.pt
- Hanushek, E., Woessmann, L. (2021), “Education and Economic Growth”. Oxford Research Encyclopaedia of Economics and Finance. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190625979.013.651>
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Contas Nacionais.
- Martins, S. C. (Coord.), Mauritti, R., & Machado, B. (2021). Inquérito às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal, 2020. CIES-Iscte.
- Nascimento, A. M. S. (2018). Financiamento do ensino superior: Diversificação das fontes de financiamento [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. repositorio.ulisboa.pt
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2013). Education at a glance 2013: OECD indicators. OECD Publishing.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2019). Education at a glance 2019: OECD indicators. OECD Publishing.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2022). Education at a glance 2022: OECD indicators. OECD Publishing.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2024). Education at a glance 2024: OECD indicators. OECD Publishing.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2025). Education at a glance 2025: OECD indicators. OECD Publishing.
- Pordata. (2025). Base de dados Portugal contemporâneo. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.pordata.pt>
- Salomão, L., Menezes-Filho, N. (2022). Um novo índice de qualidade da educação básica e seus efeitos sobre os homicídios, educação e emprego dos jovens brasileiros. Policy Paper centro de gestão e políticas públicas Insper, 22.
- Schultz, T. W. (1961). Investment in human capital. *The American Economic Review*, 51(1), 1–17.

Vieira, M. E. F. (2024). O Contributo da educação para a cidadania na participação dos jovens em Portugal. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. repositorium.uminho.pt

Wolfe, B., & Zuvekas, S. (1997). Non-market outcomes of schooling. *International Journal of Education Research*, 27, 491–502.

Ziderman, A., & Albrecht, D. (1995). *Financing universities in developing countries*. The Falmer Press.

Sobre o autor

Belmiro Gil Cabrito. Doutorado em Política e Sistema Educativo pela Universidade de Lisboa (2000). Professor Associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Atualmente é membro da Unidade de Investigação e de Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – UIDEF-UL.

Contribuição de autoria: conceptualização; autor – escrita original.

Cienciavita: <https://www.cienciavita.pt/portal/C715-DE4B-70DB>

Como referenciar

CABRITO, Belmiro Gil. O financiamento da educação em Portugal: um problema grave.

Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e18674, 2026. DOI:

10.22481/praxisedu.v22i53.18674